

A ferramenta dos grandes erra quase metade das vezes. E agora?

Sérgio Longo 22 de setembro de 2026 ⌚ 5 min de leitura

Na quarta-feira passada, 17 de setembro, a OpenAI lançou o Astra for Law: seu modelo mais poderoso, o GPT-6 Astra, configurado especialmente para o trabalho jurídico. Índice de busca próprio cobrindo mais de 99,9% dos precedentes publicados dos Estados Unidos, 230 milhões de URLs de leis, regulamentos e decisões, parcerias com Thomson Reuters, Harvey e iManage, e uma lista de clientes de dar inveja: Sullivan & Cromwell, Cooley, Ropes & Gray, Latham & Watkins, algumas das maiores bancas do mundo.

A leitura apressada correu as redes em poucas horas: agora sim, chegou a IA que faz o trabalho do advogado. Eu li o anúncio inteiro, inclusive a parte que quase ninguém comentou. E é dela que quero falar, porque é nela que mora a lição para o advogado brasileiro.

O número que não foi para a manchete

A própria OpenAI divulgou o desempenho da ferramenta num benchmark independente de pesquisa jurídica, com 200 questões reais de direito americano. O resultado, no esforço máximo de raciocínio, com o melhor índice jurídico já montado: 54% de acerto no critério geral de correção. O modelo comum, sem a configuração jurídica, fica em 38,7%. A empresa vendeu o ganho relativo de 40%, que é real e impressionante. Mas o outro lado do mesmo número é este: a IA jurídica mais avançada do planeta, alimentada com praticamente toda a jurisprudência americana, ainda erra quase metade das questões de pesquisa.

Pense no que isso significa. Se a ferramenta de elite, feita sob medida para o Direito, com acesso a tudo, não dispensa a conferência do advogado, o que dizer do chat genérico que muita gente usa por aqui para redigir petição? O problema nunca foi ter ou não ter a ferramenta. O problema é ter ou não ter método de verificação. A OpenAI, sem querer, acaba de carimbar a tese que repito aqui toda semana.

O que os grandes compraram junto com o modelo

Aqui está o detalhe mais revelador do lançamento, e o menos comentado. O pacote vendido às grandes bancas não é só inteligência. É Zero Data Retention (a OpenAI não guarda nada do que o escritório processa), exclusão de revisão humana por padrão, muralhas éticas entre clientes,

permissões de informação por matéria e um programa de governança desenhado em conjunto com o Latham & Watkins, uma das bancas mais sofisticadas do mundo em gestão de risco.

Traduzo: a própria fabricante reconhece que usar IA profissionalmente, com dados de cliente, exige controles que a versão comum do chat simplesmente não tem. Enquanto isso, quantos advogados brasileiros colam trechos de processos, nomes de clientes e estratégias de defesa em ferramentas gratuitas, sem saber onde esses dados param? As grandes bancas americanas negociaram confidencialidade contratual antes de digitar a primeira palavra. Essa é a régua. Sigilo profissional e LGPD não são obstáculos à adoção de IA, são parte do jeito certo de adotar.

E o advogado brasileiro com isso?

Vamos ao ponto prático. O Astra for Law é fechado, disponível apenas para escritórios selecionados nos Estados Unidos, e seu índice não tem uma linha de direito brasileiro. Ninguém aqui vai assiná-lo tão cedo, e tudo bem.

O que importa é o movimento que ele sinaliza. A IA jurídica está deixando de ser uma ferramenta genérica que todo mundo usa igual e virando infraestrutura da prática, moldada por cada escritório. As bancas que aderiram não compraram um robô que responde; construíram sistemas sobre seus próprios playbooks, precedentes e formas de trabalhar. A Sullivan & Cromwell criou um analisador de contratos que aplica as diretrizes de negociação da casa. A Ropes & Gray montou uma due diligence que percorre o data room do jeito que seus advogados percorrem. Nenhuma delas terceirizou o julgamento. Todas transformaram o conhecimento interno em fluxo supervisionado, com o advogado decidindo o que a máquina faz e o que só ele assina.

A lição cabe no escritório pequeno

Essa é a parte que me anima. O que essas bancas fizeram com engenheiros dedicados e contratos milionários, qualquer escritório pode fazer na sua escala, com as ferramentas que já existem em português. O caminho é o mesmo: mapear a rotina, identificar o que é repetitivo e o que é julgamento, padronizar as instruções que a IA recebe, definir regras claras de segurança (o que nunca entra numa ferramenta sem proteção contratual) e instituir o hábito inegociável de conferir tudo antes de assinar.

Quem espera "a ferramenta perfeita em português, que não erra" vai esperar para sempre, porque nem a de 230 milhões de URLs entrega isso. Quem constrói método agora chega na frente, com qualquer ferramenta, inclusive as que ainda vão ser lançadas. O advogado que o mercado está premiando não é o que digita mais rápido, é o que orchestra melhor: sabe o que delegar, sabe o que reter e responde pelo resultado.

A chegada da IA de elite não aposentou o advogado. Ao contrário, deixou mais nítido o que é insubstituível: método, critério e responsabilidade profissional. É por isso que as maiores bancas do mundo pagaram caro não pela resposta pronta, mas pela estrutura de controle em volta dela.

FONTES

<https://openai.com/index/astra-for-law/>

<https://www.artificiallawyer.com/2026/09/18/openai-launches-astra-for-law/>

<https://olhardigital.com.br/2026/09/17/inteligencia-artificial/openai-lanca-ia-para-advogados-e-mira-os-maiores-escitorios-dos-eua-em-nova-disputa-com-a-anthropic/>

Nota de transparência: o texto final deste artigo foi feito por um humano, com auxílio de IA. Já a publicação (cards, arte e distribuição) foi executada integralmente por IA, sob minha orquestração. É o método que ensino, aplicado na prática.